

SER JOVEM, MULHER, MÃE E ESTUDANTE NA EJA: INTERSECCIONALIDADES E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Júlio Cezar Gaudencio¹

Universidade Federal de Alagoas

Jordânia de Araújo Souza²

Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

O presente artigo insere-se no campo de discussões sobre o lugar das juventudes no contexto de produção contemporânea das Ciências Sociais brasileiras, inclusive, em seu esforço de articulação com os estudos no campo da educação para melhor compreensão das identidades juvenis em seu lugar de articulação do ser estudante-jovem. Desse modo, a partir de uma perspectiva interseccional, busca-se contribuir com a ampliação das reflexões e debates atuais, permitindo qualificar ainda mais as informações sobre como, jovens-mães que frequentam o Ensino Médio na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA), significam e ressignificam suas experiências educacionais, relacionando tais experiências com diferentes marcadores sociais os quais são constitutivos da sua condição juvenil, sendo estas mulheres, mães e moradoras da periferia. Por meio da inserção em um contexto de pesquisa mais amplo sobre as juventudes alagoanas (Data Jovem – AL), e tomando como base as visitas e um grupo focal realizado em uma escola da rede pública de Ensino Médio do estado, apresentamos e problematizamos as tensões vivenciadas por estas jovens, considerando os processos que atravessam a constituição de suas identidades, uma vez que estas são impactadas por aspectos de diferenciação que acionam marcadores de gênero, raça, território e classe social; além de aspectos como relações familiares, acesso a saúde, dentre outros, e com os quais, como nos mostram os resultados, a escola ainda tem tido bastante dificuldade em incluir como parte de suas agendas de discussão e ação, gerando assim, a perpetuação de processos de exclusão e desigualdades.

Palavras-chave: Condição juvenil; Jovens-mães; Interseccionalidade; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

BEING YOUNG, A WOMAN, A MOTHER, AND A STUDENT IN YOUTH AND ADULT EDUCATION (YAE): INTERSECTIONAL PERSPECTIVES AND THE PRODUCTION OF MEANINGS

ABSTRACT

This article is situated within the field of discussions concerning the place of youth in the contemporary production of Brazilian Social Sciences, particularly in its articulation with studies in the field of education, seeking to contribute to a better understanding of youth identities from the perspective of the student-youth condition. In this sense, based on an intersectional perspective, the study aims to expand current reflections and debates by further qualifying analyses of how young mothers who attend high school in the

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do magistério superior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (ICS/UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió, Alagoas, Brasil, CEP: 57072-970. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6652-6297>. E-mail: julio.silva@ics.ufal.br.

² Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do magistério superior do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (CEDU/UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió, Alagoas, Brasil, CEP: 57072-970. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1424-0200>. E-mail: jordania.souza@cedu.ufal.br.

Youth and Adult Education modality (YAE) attribute meaning to and reinterpret their educational experiences. These experiences are analyzed in relation to different social markers that shape their youth trajectories, considering that they are young women, mothers, and residents of peripheral territories. Inserted within a broader research context on youth in the state of Alagoas, within the framework of the Data Jovem – AL project, this study is based on data produced through field visits and focus groups conducted in a public high school within the state education system. Based on this empirical material, we present and problematize the tensions experienced by these young women, considering the processes that shape the constitution of their identities. These processes are marked by dynamics of differentiation that mobilize social markers such as gender, race, territory, and social class, as well as dimensions related to family relations, access to healthcare, among others. As the results indicate, schools still face significant difficulties in incorporating such issues into their agendas for debate and action, which contributes to the reproduction of processes of exclusion and inequality within the school environment.

Keywords: Youth condition; Young mothers; Intersectionality; Youth and Adult Education (YAE).

SER JOVEN, MUJER, MADRE Y ESTUDIANTE EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA): INTERSECCIONALIDAD Y PRODUCCIÓN DE SENTIDOS

RESUMEN

El presente artículo se inscribe en el campo de las discusiones acerca del lugar de las juventudes en la producción contemporánea de las Ciencias Sociales brasileñas, particularmente en su articulación con los estudios en el campo de la educación, buscando contribuir a una mejor comprensión de las identidades juveniles a partir de la condición de estudiante-juven. En este sentido, desde una perspectiva interseccional, se pretende ampliar las reflexiones y debates actuales, cualificando los análisis sobre cómo las jóvenes madres que cursan la educación secundaria en la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) significan y resignifican sus experiencias educativas. Dichas experiencias son analizadas en relación con diferentes marcadores sociales que configuran sus trayectorias juveniles, considerando que se trata de mujeres jóvenes, madres y residentes de territorios periféricos. Insertado en un contexto más amplio de investigación sobre las juventudes del estado de Alagoas, en el marco del proyecto Data Jovem – AL, el estudio se basa en datos producidos a partir de visitas de campo y grupos focales realizados en una escuela pública de educación secundaria de la red estatal. A partir de este material empírico, buscamos presentar y problematizar las tensiones vividas por estas jóvenes, considerando los procesos que atraviesan la constitución de sus identidades. Dichos procesos están marcados por dinámicas de diferenciación que movilizan marcadores sociales como género, raza, territorio y clase social, además de dimensiones relacionadas con las relaciones familiares, el acceso a la salud, entre otras. Como indican los resultados, la escuela aún enfrenta dificultades significativas para incorporar estas cuestiones en sus agendas de debate y acción, lo que contribuye a la reproducción de procesos de exclusión y desigualdad en el interior del espacio escolar.

Palabras clave: Condición juvenil; Madres jóvenes; Interseccionalidad; Educación de Jóvenes y Adultos (EJA).

INTRODUÇÃO

Partindo do lugar de centralidade e inegável relevância que têm ocupado os estudos de juventudes, no contexto das Ciências Sociais brasileiras, a presente proposta de trabalho, a partir de sua vinculação a um esforço de pesquisa anterior (DataJovem-AL, 2024)³, bem como, de adoção de uma perspectiva interseccional, busca colaborar com a

³ O DATAJOVEM-AL foi uma pesquisa realizada através de uma parceria do Laboratório de Pesquisa das Juventudes (LABJUVE), com a Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude (SELAJ), a Secretaria do Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG) e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), todas do estado de Alagoas. Além disso, a pesquisa integrou o Programa de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à

ampliação das reflexões e debates que permitam qualificar ainda mais as informações sobre como as jovens que frequentam o Ensino Médio na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA), de uma escola da rede pública de ensino do estado de Alagoas, significam e ressignificam suas experiências educacionais, relacionando tais experiências com diferentes dimensões que são constitutivas da sua condição juvenil, sendo estas mulheres, mães e moradoras da periferia de Maceió-AL.

Trata-se de uma reflexão resultante de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva. Tal iniciativa foi concretizada a partir da realização de um grupo focal, em uma escola pública de Maceió-AL, que toma como referência para as reflexões que apresenta, as falas de 08 (oito) jovens-mães-estudantes, que relatam suas experiências de vida, suas trajetórias escolares e os desafios da permanência.

Partindo do lugar comum que defende a intrínseca relação entre juventudes e educação, bem como da necessidade de que as juventudes sejam interlocutoras ativas na definição de políticas que são para elas direcionadas, ainda mais em se tratando de contextos educacionais específicos, como no caso, por exemplo, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o presente trabalho traz a composição de um olhar mais analítico sobre esse cenário educacional e dimensões que impactam diretamente nas chances de continuidade das trajetórias educacionais das jovens-mães. Destacando a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas melhor direcionadas e possuidoras de focos específicos, como condição necessária para a garantia do direito à educação a esta parcela da sociedade brasileira.

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO: UMA PAUTA IMPORTANTE

Como ponto de partida para construção da reflexão aqui apresentada, é preciso evidenciar primeiramente, qual a concepção de educação está se tomando como ponto inicial de referência, e como esta guarda relação com as juventudes. Nesse sentido, em alinhamento aos objetivos desse trabalho, destaca-se que a educação deve ser entendida, em sentido amplo, como o processo por meio do qual uma pessoa se constrói e é construída

Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Seu principal objetivo foi produzir dados sobre a juventude alagoana, fornecendo assim um conjunto de evidências científicas para o desenvolvimento de políticas públicas.

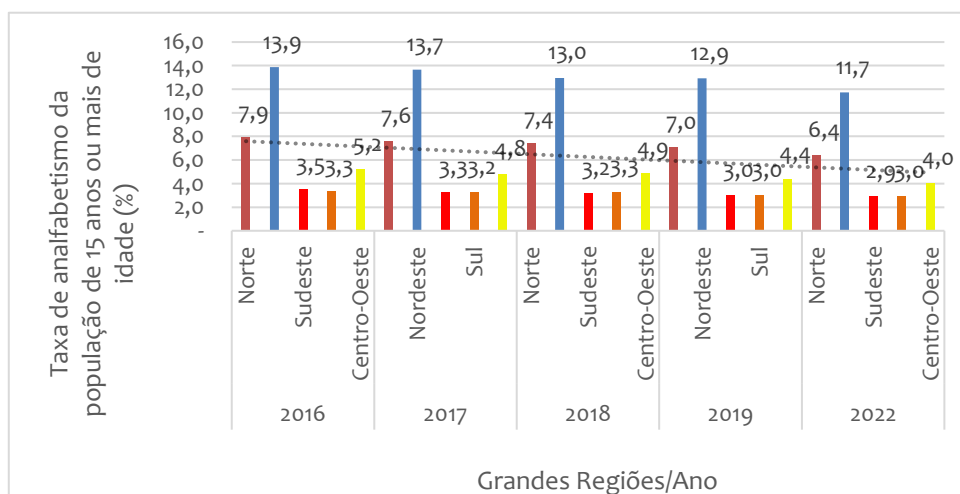
enquanto ser humano, ser social e sujeito singular (Charlot, 2000). O que envolve em princípio, diferentes espaços e processos.

Como resultante dessa primeira constatação, compreende-se que a educação enquanto formação humana, centrada nos sujeitos e em processos de socialização mais amplos, é um direito de todos e, portanto, dever do Estado e da sociedade. E no caso do Estado, é por meio da criação, implementação e monitoramento de políticas públicas, que este gera as possibilidades de melhorias para os desafios dos diferentes contextos sociais e demandas específicas.

Logo, o acesso à educação de qualidade passa, necessariamente, pela criação de condições que permitam a construção de caminhos coletivos e que auxiliam na promoção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Certamente, avanços significativos têm ocorrido nos últimos anos, quando pensamos em políticas educacionais, tanto em âmbito nacional como subnacional. Inclusive, observando o contexto nacional, conforme dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2023), todas as Grandes Regiões do Brasil apresentaram, entre os anos de 2016 e 2022, queda na taxa de analfabetismo⁴ da população com 15 anos ou mais (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, segundo Grandes Regiões – Brasil

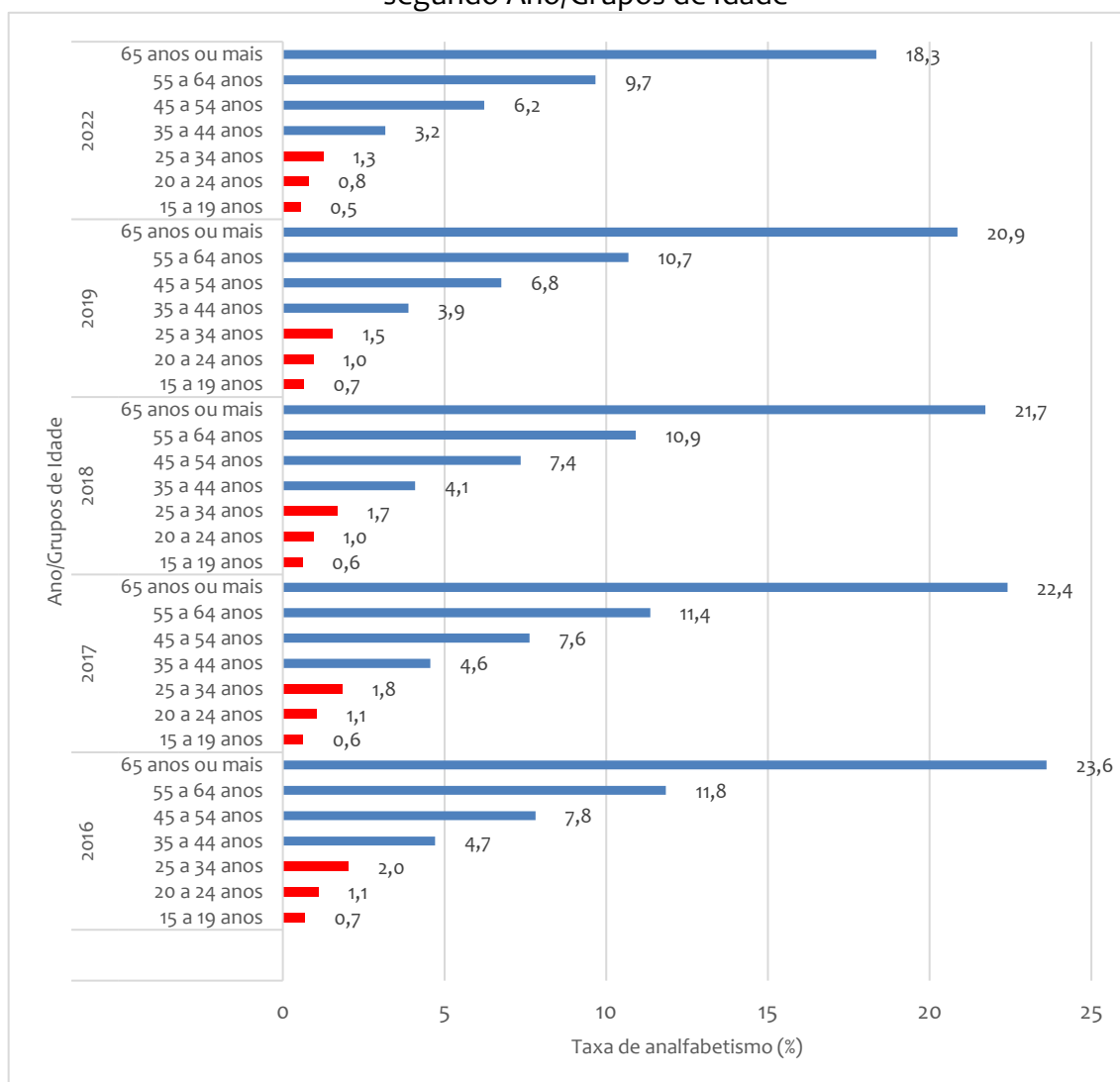


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2022.

⁴ Conforme definido pelo próprio IBGE (2023), a taxa de analfabetismo corresponde “a razão entre o número de pessoas de determinada faixa etária que não sabem ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhecem e o total de pessoas dessa mesma faixa etária”.

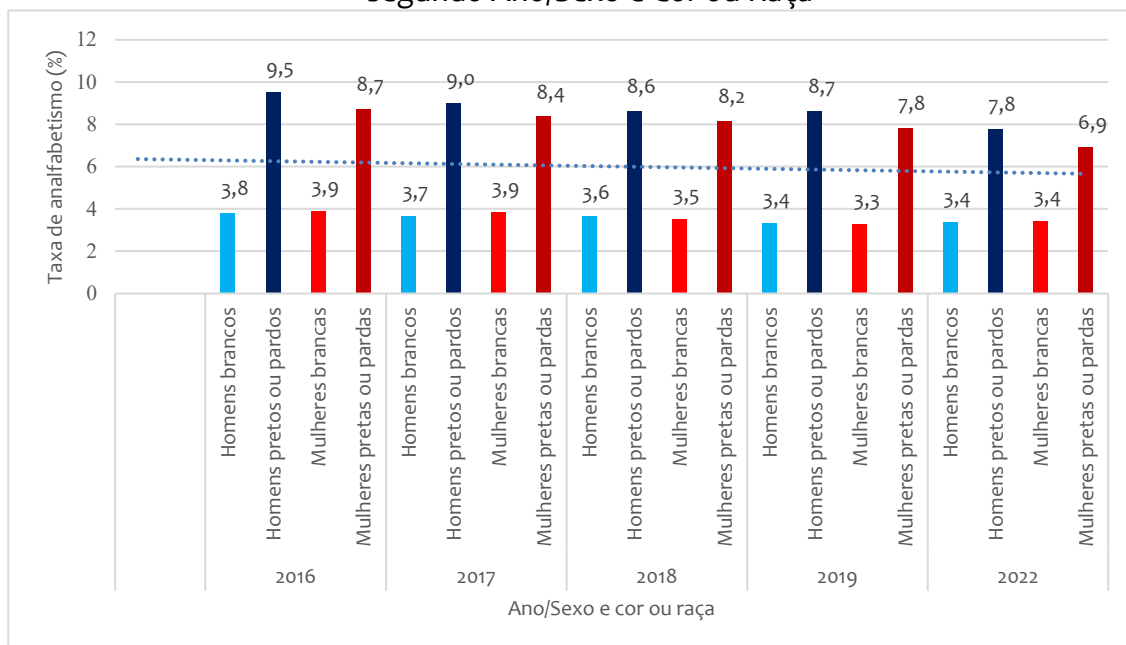
E analisando, especificamente, o cenário das juventudes, com base nos mesmos dados do Censo do IBGE, também observamos uma redução da taxa de analfabetismo da população entre 15 e 34, conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade no Brasil, segundo Ano/Grupos de Idade



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2022.

O mesmo acontece, quando se considera a relação entre as variáveis sexo, cor ou raça e analfabetismo (Gráfico 3). Ou seja, verificamos uma tendência de queda. Ainda que seja observado um retorno do crescimento da taxa de analfabetismo entre mulheres brancas em 2022, quando comparado ao ano de 2019.

Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade no Brasil, segundo Ano/Sexo e Cor ou Raça

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2022.

No entanto, para além dos últimos dados apresentados, é preciso analisar com mais cuidado as dinâmicas que perpassam as questões raciais e de gênero, inclusive, de modo interseccional (Crenshaw, 2002). Haja visto que, mesmo diante de uma tendência decrescente, a taxa de homens pretos ou pardos e de mulheres pretas ou pardas é sempre mais que o dobro das taxas de analfabetismo entre homens brancos e mulheres brancas, respectivamente.

E embora, fosse possível continuar explorando alguns outros indicadores como a distorção idade-série, taxa de matrícula etc., identificando tendências positivas semelhantes, para efeito da proposta aqui apresentada, é preciso considerar que, mesmo diante dos avanços identificados em termos dos índices e taxas, faz-se necessário olhar mais detidamente para o contexto educacional das juventudes em seus distintos recortes, com o objetivo compreender esse cenário e assim pensar estratégias de melhor enquadramento das ações do Estado, com vias a atender satisfatoriamente às demandas dessa parcela da população, promovendo a sua permanência nos espaços escolares.

Portanto, partindo de concepções como à noção de condição juvenil (Abramo, 2005), que considera os jovens enquanto sujeitos materiais, históricos e políticos, ressaltando a existência de uma dimensão simbólica que é demarcada pelo processo de

(re)construção das identidades sociais dos indivíduos e dos grupos, e a qual também é mediada pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores e referências sociais e culturais, precisamos compreender melhor as experiências e os contextos sociais e educacionais relacionais, a partir dos quais jovens-estudantes elaboram suas percepções de mundo. Considerando, que as mesmas são responsáveis pela tomada de posição desses e dessas jovens, em detrimento de inserções específicas em um conjunto de relações sociais e de expectativas quanto a seus projetos de vida, relações com as famílias, saúde, trabalho, identidade e educação.

Isso porque, atualmente, têm se observado um cenário de múltiplas incertezas e preocupações, do ponto de vista das expectativas em torno do cenário educacional e formativo das juventudes brasileiras em geral, e em particular as alagoanas, em razão das reformas educacionais e políticas implementadas nos últimos anos. A exemplo da *Reforma do Ensino Médio*, por meio da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017; da publicação da Resolução CNE/CEB nº 1/2019, que estabeleceu as diretrizes operacionais para a *Educação de Jovens e Adultos (EJA)* no Brasil e da; implementação da *EJA Modular* e da política do *Vem Que Dá Tempo*, em Alagoas.

Em certa medida, tais crises seriam também agravadas “por uma profunda perda de sentido identitário e pedagógico da instituição escolar” (Moll; Garcia, 2014, p. 07). No que diz respeito a escola, em geral, esta é identificada como esvaziada da preocupação com uma formação humana integral, contribuindo, portanto, para o agravamento das situações de desigualdade.

Têm-se buscado, então, conhecer os fatores responsáveis pelo desenvolvimento ou não, de capacidades das escolas em diminuir o peso de variáveis ligadas à origem social dos jovens (Bourdieu; Passeron, 2014). O que demanda a necessidade de examinar de que maneira, e sob o ponto de vista das Ciências Sociais, os fenômenos educativos têm impactado ao mesmo tempo que são impactados pelas juventudes. Nos permitindo problematizar “sobre o histórico, a função social da escola no mundo de hoje” (Correa; Alves; Maia, 2014, p. 11).

Daí a importância de se identificar as diferentes juventudes que frequentam a escola hoje e assim, produzir uma análise sobre suas experiências, bem como de suas

demandas, e fornecer informações importantes, que possam auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas eficazes para as juventudes. Ainda mais quando pensamos a situação específica de estudantes-jovens que frequentam a EJA. De modo a reconhecer e considerar a diversidade social, assim como as expectativas das múltiplas juventudes, em relação a uma formação escolar de qualidade (Ferreti, 2018).

Logo, é preciso considerar que, também são elementos importantes desse contexto, não apenas as múltiplas dimensões que constituem a experiência escolar de maneira isolada, mas também as experiências dos jovens fora da escola, enquanto algo que remete a experiência socializadora e da sociabilidade das educandas e dos educandos, que é bastante diversa.

Na frequência cotidiana à escola, o jovem leva consigo o conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços que, como vimos, constituem uma determinada condição juvenil que vai influenciar, e muito, a sua experiência escolar e os sentidos atribuídos à ela. Por outro lado, a escola que ele frequenta apresenta especificidades próprias, não sendo uma realidade monolítica, homogênea. Podemos afirmar que a unidade escolar apresenta-se como um espaço peculiar que articula diferentes dimensões (Dayrell, 2007, p. 1118).

Grosso modo, apesar da ampliação de trabalhos que tenham como foco jovens-estudantes, permanece a demanda pela produção de estudos e pesquisas que possam dar maior atenção aos contextos subnacionais. O que pode possibilitar um esforço sistemático de comparação e avaliação de resultados mais qualificados quanto ao impacto das dinâmicas organizacionais dos espaços educacionais sobre as juventudes contemporâneas, principalmente, aquelas oriundas de contextos sociais tidos como periféricos e subalternizados, que tiveram suas trajetórias educacionais momentaneamente suspensas, retomando tais percursos em momentos posteriores, sob a égide de paradigmas educacionais distintos das estruturas do ensino regular, e ainda por cima, atravessadas por questões de gênero, classe e raça. O que buscar-se-á fazer nos próximos tópicos.

APROXIMAÇÕES ENTRE JUVENTUDES, GÊNERO E EDUCAÇÃO NA EJA: APROXIMANDO CONCEITOS E CONTEXTOS

Considerando a importância que é atribuída a noção de juventudes para a presente proposta de estudo, vale destacar que, embora o termo juventude seja muitas vezes utilizado para expressar um período de tempo específico, e o qual compreenderia o intervalo entre o fim da infância e o início da vida adulta, o mesmo, possui um sentido de ordem mais coletivo e que melhor interessa aos estudos no campo das Ciências Sociais.

Para Martinez (1987), o conceito de juventude se referiria ao conjunto de pessoas, as quais, estando na idade juvenil pertencem a uma mesma situação e apresentam uma problemática comum, como consequência de terem vivido uma conjuntura histórica idêntica.

Todavia, ao assinalar que a juventude nada mais seria que uma palavra, Bourdieu (1983) chama a atenção para o fato de que as percepções e representações referentes às faixas etárias seriam construções sociais, submetidas a injunções classificadoras baseadas em visões de mundo as quais repercutem sobre distintas práticas sociais. O que nos permite pensar, por sua vez, que pessoas jovens são submetidas à ritualidades que reiteram a ideia de um tempo em suspensão. Ou seja, trata-se de uma temporalidade fluída, dotada de dualidades que se revelam a partir das exigências de imposição de modelos e transgressão de regras.

Deste modo, como salienta Dayrell (2003, p. 41), devemos considerar que a juventude “é ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação”. Logo, a juventude deve ser entendida enquanto uma categoria social construída, e que ganha especificações a partir de diferentes contextos históricos, sociais e culturais. Sendo assim,

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social. Nesse, o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. Essa realidade ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos. As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo) e até mesmo as DIFERENÇAS TERRITORIAIS se

articulam para a constituição dos DIFERENTES MODOS DE VIVENCIAR A JUVENTUDE.

Além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que enfatizamos a noção de JUVENTUDES, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente (Dayrell; Carrano, 2014, p. 112).

Por conta desses aspectos, é que Minayo (2011) opta por utilizar o conceito de condição juvenil. Segundo a autora, a condição juvenil seria caracterizada “pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo da vida, em um determinado momento histórico e em um peculiar cenário cultural (Minayo, 2011, p. 19). Dayrell, por sua vez, chama atenção para os seguintes aspectos ao definir condição juvenil:

Do latim *conditio*, refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas também se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Assim, existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc. Na sua análise, permite-se levar em conta tanto a dimensão simbólica como os aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos nos quais a produção social da juventude se desenvolve (Dayrell, 2010, p. 67-68).

E pensando o lugar da condição juvenil na arquitetura social contemporânea, é preciso considerar que a mesma se manifesta por meio de múltiplas dimensões, a saber: o trabalho, as culturas juvenis, a sociabilidade, o espaço e o tempo, a transição para a vida adulta, os processos de socialização e a dimensão educativa (Dayrell, 2010). Muito embora, não existam fronteiras que delimitem de maneira muito restritiva cada uma dessas dimensões. Em geral, em se tratando das juventudes, o mais comum são as sobreposições. Mas, vale aqui detalhar um pouco mais o lugar da dimensão educativa na conformação da condição juvenil.

No Brasil, desde o processo de massificação do Ensino Médio, especificamente, a partir da década de 1990, um número maior de jovens teve acesso às escolas, levando consigo sua diversidade, conflitos e contradições. Reflexo de uma sociedade excludente, que por sua vez, acaba por impactar as trajetórias escolares e colocam sérios desafios a

essa etapa da Educação Básica. Nesse processo, a escola passa a conviver com os looks, os amores, os gostos, amizades e distinções de toda ordem (Dayrell, 2010). E embora o “tornar-se aluno” não possua mais um significado que implique, ao menos em princípio, em dinâmicas de submissão e passividade, ainda é inegável a existência de tensões e ambiguidades que envolvem o *ser jovem* e o *ser aluno/a*. Isso porque, como afirma Dayrell (2010, p. 77), trata-se de “uma dupla condição que muitas vezes é difícil de ser articulada e que se concretiza em práticas e valores que vão caracterizar o percurso escolar e os sentidos atribuídos a essa experiência”. Tal situação, se aplica também ao contexto dos e das jovens que frequentam a EJA. Muito embora tais tensões possam ser intensificadas, dadas as particularidades dessa modalidade de ensino e das pessoas que a frequenta, agregando-se aí a dimensão do trabalho, da maternagem, dentre outras variáveis.

É importante lembrar que a EJA é definida como uma modalidade de Educação Básica no Brasil. E que é destinada a todas as pessoas jovens, adultas e idosas que, por alguma razão, não tiveram acesso ou não concluíram o Ensino Fundamental e Médio. Se caracterizando pela presença de um público bastante diversificado e heterogêneo, repleto de especificidades e marcado pelo que convencionou-se chamar de processo de “juvenilização” (Souza Filho; Cassol; Amorim, 2021). Daí sua importância, uma vez que oportuniza a retomada das trajetórias escolares, daqueles que não tiveram acesso a escola ou que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas quando eram crianças ou adolescentes.

O que reforça a necessidade do desenvolvimento de reflexões que foquem nas relações entre as três condições já mencionadas: a condição juvenil, o estatuto de estudante da EJA e a dimensão de gênero. Uma vez que jovens de um modo geral, mas mais especificamente, as jovens-mães, dada sua condição social, estão constantemente problematizando a própria utilidade social de seus estudos, os sentidos das aprendizagens e, de maneira ainda mais central, seus projetos de futuro (Dayrell, 2007).

Em termos das questões de gênero, adota-se aqui gênero enquanto categoria de análise a qual aborda às relações de poder e desigualdades instituídas entre mulheres e homens, com o objetivo de problematizar os ideais de papéis, normalmente atribuídos a ambos (Scott, 1995). Mas, mais do que isso, gênero será aqui entendido tanto como

produto quanto como processo, e consideramos que a “tecnologia de gênero”, é fundamental para identificar os sentidos discursivos que masculinidades e feminilidades (Lauretis, 2019) assumem.

Por essa razão, é de extrema importância, olhar para as maneiras como as construções de gênero são produzidas e reproduzidas pelas juventudes, bem como seus efeitos sobre os sentidos atribuídos por essas juventudes a diferentes aspectos de suas vidas, incluindo aqui as demandas educacionais. Já que a escola é esse espaço privilegiado e que revela situações e procedimentos, sejam eles pedagógicos e, ou mesmo curriculares, embora não apenas, produtoras/es de diferenciações e distinções sociais que interferem diretamente no processo de formação e produção do desempenho escolar (Junqueira, 2013), dessas jovens.

Obviamente, a medida em que as jovens vivenciam essas tensões, por meio do processo que atravessa a constituição de suas identidades enquanto estudantes e mulheres, não podemos deixar de considerar o quão cada vez mais complexo é esse processo, e que estamos diante da influência de fatores internos à escola, mas também externos. Logo, nenhuma análise sobre as juventudes em contextos escolares, “pode se limitar ao espaço escolar propriamente dito, mas ampliar seus horizontes buscando apreender as múltiplas relações que são estabelecidas em seu interior e exterior” (Pereira, 2017, p. 164).

Em relação aos fatores internos, estamos nos referindo aqui, as escolas que ainda lidam com as pessoas jovens, de um modo geral e mesmo na EJA, operando segundo parâmetros construídos e reificados em uma cultura escolar que remete a contextos passados e em que predominam um forte viés de massa, homogeneizante, de tempo e espaços muito rígidos, de lógica disciplinadora, em que a formação moral se sobrepõe a uma formação ética. Tudo isso, em um contexto cada vez mais marcado pela dinamicidade, flexibilidade, fluidez, individualização e de identidades plurais (Dayrell, 2007). Já em relação aos fatores externos, é preciso considerar que a experiência estudante/jovem é marcada por aspectos de diferenciação, com os quais a escola não consegue ou não quer lidar. A exemplo, como já mencionado, das questões de gênero, sexualidade, religião, raça/etnia, território, classe social, tecnologias, família, saúde etc.

Em último caso, tais fatores nos ajudam a melhor compreender, no caso do presente trabalho, a tensão que envolve o ser jovem, aluna e mulher, materializada em diferentes dimensões do cotidiano escolar e em diferentes trajetórias. Sejam elas marcadas pela maior participação e/ou passividade, pela resistência e/ou conformismo ou ainda pelo interesse e/ou desinteresse das estudantes (Dayrell, 2010). Não por acaso, se fala muitas vezes de uma crise de sentidos propagada nas mediações entre jovens, instituições escolares e outros atores como professores/as, pais e mães, companheiros/as, filhos/as etc., uma vez que não se busca conhecer/entender melhor, as trajetórias escolares e não escolares das jovens estudantes, ou seja, as experiências, os espaços e os tempos a partir dos quais constroem seus modos de vida. Como forma de superação das tensões e de viabilização de uma compreensão mais adequada sobre o lugar das juventudes em contextos educacionais, precisamos incorporar melhor as jovens com interlocutoras privilegiadas e as quais podem nos permitir a constituição de um entendimento mais adequado da realidade escolar da qual fazem parte. É preciso incorporar as jovens como sujeitos de voz ativa para uma melhor compreensão das experiências vividas nas escolas pública brasileiras. O que para efeitos da presente proposta de pesquisa, será melhor especificado no próximo tópico.

JUVENTUDES, GÊNERO E MATERNIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ALAGOAS

O contato com as jovens-mães-estudantes ocorreu em uma escola da rede pública de ensino do estado de Alagoas, situada no município de Maceió, a qual oferta turmas para a educação de jovens e adultos, no período noturno. Conforme mencionado anteriormente, o referido contato se deu a partir dos desdobramentos de uma pesquisa mais ampla sobre as juventudes alagoanas, que teve como primeira etapa a realização de um *survey* em todos os municípios do estado⁵. O objetivo era, por meio da composição de um grupo focal, permitir que as participantes, falassem sobre suas experiências como jovens-mães e estudantes, compartilhando suas vivências, desafios do maternar, sendo

⁵ Os dados da primeira fase da pesquisa DATAJOVEM-AL estão disponíveis em: https://dados.al.gov.br/catalogo/pt_PT/dataset/painel-datajovem.

elas jovens, residentes da periferia, e como isso impactava no seu acesso a saúde, emprego e educação. Sendo este último o foco principal da nossa análise aqui.

O grupo era composto de 08 (oito) jovens-estudantes, com idade entre 17 e 29 anos, todas mães, residentes em diferentes bairros da periferia de Maceió, em sua maioria (5 estudantes) autodeclaradas pardas, “donas de casa” e cursando o Ensino Médio na EJA. A escolha pelo método do grupo focal, naquele momento, justifica-se dado seu potencial em proporcionar a constituição de um espaço de integração grupal com foco na problematização de questões referentes a um determinado tema ou foco específico (Backes et al, 2011). Sendo as jovens estimuladas e convidadas a discutirem e falarem abertamente sobre os temas abordados a partir de um processo de interação e participação ativa das envolvidas (Gaskel, 2002).

A partir das discussões e contribuições resultantes das interações ocorridas no grupo focal, alguns pontos puderam ser destacados, considerando a preocupação em olhar para as trajetórias educacionais dessas jovens-estudantes da EJA. São eles: 1) a interrupção, mesmo que momentaneamente, das trajetórias escolares em razão da maternidade; 2) o impacto da “responsabilidade do cuidar”, como fator gerador de empecilhos ao cumprimento das obrigações educacionais; 3) a escola como local pouco acolhedor as demandas específicas dessas jovens-estudantes e; 4) a educação formal como oportunidade de transformação de suas vidas e projeção de futuro.

Em relação ao primeiro ponto, todas as interlocutoras tiveram que interromper os estudos, uma vez que ficaram grávidas com idade entre 13 e 17 anos de idade. Como destacado por duas das interlocutoras:

JE2 – “Logo no começo da minha gravidez. Logo, quando eu descobri, eu ainda estudei até os 5 meses. Minha mãe apoiava, mas não apoiava! Então eu parei com 16 anos”.

JE5 – “Parei de estudar para me dedicar aos filhos!”.

Pode-se afirmar que, conforme salienta Santos et al (2017), a gravidez e maternidade precoces, ocorridas em idade escolar, apresentam-se como obstáculo para que meninas e adolescentes consigam permanecer na escola e concluir a educação básica. Logo, é possível perceber que as discussões em torno dos impactos da maternagem acabam surgindo como uma problemática que atravessa a trajetória dessas jovens-

estudantes, por serem elas mulheres e, no contexto da divisão sexual do trabalho, responsabilizadas, quase que exclusivamente, pelos cuidados com os filhos, algo que podemos visualizar na fala de uma de nossas interlocutoras que ao relatar o apoio da mãe faz uma ressalva sobre esse apoio que efetivamente não acontecia. Além disso, é interessante ressaltar que corroborando com a lógica da divisão sexual do trabalho a referência aparece em relação a mãe e não ao pai.

O que em geral, acarreta em experiências com a maternidade descritas como sobrecarregada e com certa carência de autonomia. Já que tem impactos sobre a vida dessas mulheres, seja na dimensão educacional, sexual, reprodutiva, econômica, política e profissional (Biroli, 2018). Muito embora, esteja presente na fala das interlocutoras que a gravidez teria sido uma escolha e que os filhos são “dávivas”, e muitas vezes, um dos principais motivos do seu estímulo a retomada dos estudos.

JE2 – “Minha mais velha sempre diz: ‘Mãe volta a estudar’. Então se eu estou aqui, é por elas”.

JE8 – “Minha filha é que me dá força para eu enfrentar a vida, para eu trabalhar, estudar. Nem todo mundo tem a oportunidade que a gente está tendo de voltar a estudar”.

Ainda assim, a impossibilidade de ter com quem ou onde deixar seus filhos. Ou mesmo a ausência de um espaço de acolhimento, ou práticas que permitam levarem os filhos à escola em que estudam, acabam impactando no seu desempenho e qualidade da formação, levando muitas dessas mulheres a retornarem à escola depois de um tempo de vida de seus/suas filhos/as, sendo por vezes estimuladas por eles/as

JE2 – “Eu sempre tive vontade de voltar, mas não tinha com quem deixar porque minha filha era muito pequena”.

Ainda como desdobramento dessa questão, mas que possui uma abrangência mais ampla, temos também a dimensão da “responsabilidade do cuidar” como fator importante para a constituição das trajetórias escolares dessas jovens-estudantes. Considerando que nossas interlocutoras, em sua maioria são “donas de casa”, não apenas os cuidados com os filhos, mas com os maridos, pais, irmãos, avós, acabam recaindo sobre estas. Reforçado, no caso das preocupações nos cuidados com as filhas, principalmente,

quanto aos riscos de violência a que seriam expostas, caso não estivessem sobre os cuidados das próprias mães.

JE3 – “Porque também não adianta a gente ter uma pessoa do nosso lado. Que de certa forma é invisível. Que não colabora com a criação. Que passa a vida fora, quando sua responsabilidade é dentro. Quando a gente não tem filho, consegue lidar com casa, com trabalho. Agora, quando a gente passa a ser mãe, as coisas se complicam”.

JE4 – “Por parte da minha sogra, ela sempre diz: ‘É você que tem que cuidar, meu filho já trabalha. E você fica no sofá em casa. De folga o dia todo!’. Minha gente, eu não tenho folga não. Eu acordo cedo, lavo a louça, vou fazer almoço. Tem a casa que eu termino de arrumar já é 2 horas da tarde. Eu tive que deixar de trabalhar, porque eu já estava exausta”.

JE5 – “A maior dificuldade quando a gente é mãe nova é quando a gente não tem o apoio dos pais, da família”. Fica muito difícil. Muitas pessoas acham que ter um filho é um peso. Mas não é não. A falta de apoio que a pessoa não tem é pior”.

JE8 – “Depois que eu fiquei grávida, o pai da minha filha me abandonou. Eu estava com 7 meses. E foi muito difícil para mim. Mas eu sempre tive meu pai e minha mãe”.

Os relatos acima evidenciam a situação de desproporção em relação ao tempo e ao esforço que essas mulheres dedicam ao cuidado para com os membros da família, se comparado a disposição de tempo, recursos e dedicação direcionados a sua educação, mas também profissionalização e trabalho. Para Silva, Nunes e Queiroz (2020, p. 635),

[...] como essa função imposta pela divisão sexual do trabalho sobrecarrega as mulheres e restringe sua participação nas outras esferas da sociedade, ao passo que isenta os homens das responsabilidades e cuidados com os filhos. É em decorrência disso que se configura mais um fator de vulnerabilidade para a mulher, implicando no seu envolvimento com a educação, profissionalização, trabalho e política, o que gera a necessidade de implementação de políticas focalizadas que viabilizem o acesso equânime a tais espaços.

O que significa que, é indispensável para a mudança desses contextos que ocorram transformações nas relações familiares e na tradicional divisão sexual do trabalho (Biroli, 2018), de maneira a realocar as responsabilidades com o lar e com os/as filhos/as, impactando na redução da jornada de trabalho dessas jovens-mães-estudantes. O que em alguns casos, ainda não é suficiente. Como no caso das mulheres que são mães solo e que residem sozinhas com seus filhos.

Por isso a importância de que a escola, através de seus gestores, suas gestoras, professores e professoras, mas também através do Estado, possam acolher as demandas

dessas jovens, em suas especificidades. Isso é fundamental, quando não determinante, para a garantia da permanência e conclusão dos estudos dessas mulheres.

JE1 – “Semana passada eu faltei praticamente a semana toda. Aí dá aqueles problemas com as faltas. Sobre finalizar. A diretora já me chamou para conversar comigo. Disse que não é só você. Que tem outras pessoas com problemas com falta. E ficou de falar com a diretora geral para que quando eu tiver esse problema, poder o trazer. Mesmo porque, eu já o trouxe uma vez e, graças à Deus, ele se comportou na sala.”

JE7 – A escola não acolhe as nossas demandas enquanto mãe. Trouxe meu filho uma vez e então a pessoa chegou para mim e falou: ‘Não pode trazer por conta do conselho tutelar. Não é um ambiente adequado’. E eu não acho minha gente. Seria um ambiente inadequado, se eu estivesse na rua ou em um bar”.

Urpia e Sampaio (2011), mesmo que em sua pesquisa, estejam tratando do contexto das mães universitárias, chamam atenção para um aspecto que também se aplica ao contexto da EJA. Segundo as autoras, é fundamental e necessário que as instituições de ensino assumam a observância das demandas e particularidades das estudantes que amamentam ou que não tem com quem ou onde deixar seus filhos. Os relatos acima corroboram com as questões destacadas pelas autoras, visto que por vezes nossas interlocutoras destacam a necessidade de se ausentar da escola por não ter com quem deixar seus/suas filhos/as e as situações em que são colocadas ao precisar leva-los/as, sendo “lembradas” de que aquele (o ambiente escolar) não é um espaço adequado para a criança. Tais elementos ressaltam a importância de pensarmos políticas públicas que ao propor condições de permanência para estudantes nas escolas, considere essas e outras variáveis.

Para essas jovens-estudantes, o retorno e a finalização dos seus estudos na educação básica, é condição necessária ao acesso a melhores condições de vida e de melhores expectativas em torno dos seus futuros. O que inclui, para algumas, a possibilidade de ingresso em um curso universitário ou mesmo no mercado de trabalho, como podemos observar nos relatos abaixo.

JE4 – “Estou esperando concluir, agora no fim do ano, para poder voltar a trabalhar”.

JE8 – “Quando eu terminar meus estudos, eu vou fazer pedagogia. Porque eu quero fazer a diferença”.

Por essa razão, bem como levando em consideração os demais aspectos aqui levantados, é de extrema importância que se possam ampliar as ações e medidas que visem garantir o direito a educação das jovens-mães, residentes na periferia, que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas pelas demandas da maternagem, e que buscam na EJA, a possibilidade de terem assegurado o seu direito à educação. O que permitirá que isso possa ocorrer de maneira equânime entre os gêneros, uma vez considerada a realidade dessas mulheres, seus atravessamentos e interseccionalidades que as representam.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, podemos sinalizar que as reflexões aqui apresentadas destacam a necessidade de que sejam repensadas, ou mesmo criadas, políticas públicas no campo educacional, embora não apenas, direcionadas para o contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e que considerem as intersecções entre juventude, gênero, maternagem, classe, para além de tantos outros marcadores sociais, como requisitos básicos a garantia de direitos educacionais.

A escuta das jovens mulheres que serviu de base para a produção desse trabalho, revelou que suas trajetórias escolares foram e são marcadas por várias vulnerabilidades e múltiplos desafios. O fato de serem mulheres, mães, jovens, estudantes, residentes de áreas periféricas da cidade de Maceió-AL, em sua maioria pardas, e que não contam com o apoio de seus companheiros, familiares e escola, evidência a necessidade de que sejam pensadas e incorporadas aos contextos educacionais formais, estratégias mais inclusivas, acolhedoras e atentas às especificidades e demandas dessas estudantes.

A escola, como instituição social e espaço de formação, precisa rever algumas de suas práticas, de profundo teor anacrônico e excludente, assumindo assim um papel mais transformador e constituindo-se enquanto espaço democrático de formação. A garantia e acesso efetivo ao direito básico à educação com qualidade e equidade, exige dos governos e das instituições educacionais, não apenas mudanças estruturais e curriculares, mas também o compromisso em ouvir essas juventudes, reconhecendo-as em sua diversidade

e as envolvendo na formulação, implementação e acompanhamento de políticas e práticas pedagógicas.

Espera-se, portanto, que com as discussões aqui realizadas, possa-se contribuir para a ampliação do debate sobre a condição juvenil de mulheres que são mães no contexto da EJA, destacando a importância de compreendê-las em sua pluralidade, a partir das intersecções que moldam suas experiências e trajetórias. Só assim será possível construir uma escola mais democrática, mais justa e capaz de oferecer oportunidades reais de transformação social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (Org.) **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.
- BACKES, D. S. et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, SP, v. 35, n. 4, p. 438-442, out./dez. 2011. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/538>. Acesso em: 08 out. 2025.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BRASIL, Lei do Novo Ensino Médio (2017) **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007 [...], institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm >. Acesso em: 07 out. 2025.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (Org.). **Cadernos temáticos**: juventude brasileira e Ensino Médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 08 out. 2025.

DATA JOVEM. **Perfil da juventude alagoana 2024 (Relatório)**. Maceió: Data Jovem, 2024.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, SP, vol. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DAYRELL, J. A juventude no contexto do ensino de sociologia: questões e desafios. In: MORAES, AMAURY (Org.) **Sociologia: ensino médio**. Brasília: MEC, 2010. p. 65-84.

DAYRELL, J; CARRANO, P. Juventude e Ensino Médio: que é este aluno que chega à escola. In DAYRELL, J; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 101-134.

FERRETI, C. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançado**, São Paulo, 32 (93), p. 25-42, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>. Acesso em: 10 nov. 2025.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 64-89.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação 2023**. Brasília: Inep, 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/19>. Acesso em: 05 out. 2025.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARTÍNEZ, Esteban M. Juventude. In: SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, FGV, 1987.

MINAYO, M. C. S. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. (Org.) **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, p. 17-43.

MOLL, J.; GARCIA, S. Prefácio. In: DAYRELL, J; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 07-10.

PEREIRA, Alexandre B. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre Antropologia e Educação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, ano 23, n. 49, p. 149-176, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000300006>. Acesso em: 08 out. 2025.

SANTOS, B. R. et al. **Gravidez na Adolescência no Brasil: Vozes de Meninas e de Especialistas**. Brasília: INDICA, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, RS, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 10 nov. 2025.

SILVA, L. M. N.; NUNES, C.; QUEIROZ, Z. F. O ônus da maternagem e os impactos na trajetória educacional e acadêmica das mulheres. **Debates em Educação**, Maceió, AL, v. 12, n. especial, p. 624-642, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/10047> . Acesso em: 15 nov. 2025.

SOUZA FILHO, A. A.; CASSOL, A.P.; AMORIM, A. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio**, Rio de Janeiro, RJ, 29(112), p. 718–737, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902293>. Acesso em: 15 nov. 2025.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (Org). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 147-168.

HISTÓRICO

Submetido: 09 de Mar. de 2026.

Aprovado: 15 de Ago. de 2026.

Publicado: 26 de Ago de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

GAUDENCIO, J. C.; SOUZA, J. A. Ser jovem, mulher, mãe e estudante na EJA: Interseccionalidades e produção de sentidos. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, V. 30, N. 63, 2026